

Nyusi inaugura edifício da PGR em Inhambane vendido pela família de Manuel Chang

- O Presidente da República inaugurou esta semana o novo edifício da Procuradoria Provincial de Inhambane, avaliado em aproximadamente 250 milhões de meticais. Localizado no centro da cidade de Inhambane, o edifício de dois pisos foi comprado pelas autoridades moçambicanas à família de Manuel Chang, através da empresa CONSÓRCIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA, gerido por Ingilo Dalsuco, o genro do antigo Ministro das Finanças.





A empresa CONSÓRCIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA é descrita como sendo um instrumento de branqueamento de capitais provenientes do escândalo financeiro das “dívidas ocultas”. Sabe-se que Manuel Chang, na sua capacidade de Ministro das Finanças, recebeu subornos avaliados em quase 10 milhões de dólares pagos pelo grupo Privinvest para viabilizar o esquema dos empréstimos ilegais de mais de dois mil milhões de dólares concedidos às empresas ProIndicus, EMATUM e MAM.

Em Dezembro de 2018, Chang foi detido na África do Sul por ordens da justiça norte-americana, que reclama a sua extradição para os Estados Unidos a fim de responder pelos crimes relacionados com as dívidas ilegais. A justiça moçambicana, através da Procuradoria-Geral da República (PGR), também entrou na luta pela extradição de Chang para Maputo, razão pela qual o antigo Ministro das Finanças continua detido e a aguardar por uma decisão das autoridades da África do Sul.

A PGR já gastou milhões de dólares na longa batalha jurídica pela extradição de Manuel Chang para Moçambique. Apesar de afirmar que o objectivo da PGR é defender os

interesses do Estado, o facto é que o Ministério Público só abriu um processo autónomo contra o antigo Ministro das Finanças depois das autoridades sul-africanas afirmarem que não havia nenhuma garantia de que Chang seria responsabilizado caso fosse extraditado para Moçambique, pois ele não era alvo de nenhum processo-crime.

As recentes aquisições de edifícios pertencentes à família de Manuel Chang revelam as relações “promíscuas” entre as instituições da Justiça e o antigo Ministro das Finanças. Em Abril de 2022, o Cofre dos Tribunais anunciou a compra do edifício para o Tribunal Judicial da Província de Inhambane por 270 milhões de meticais. O negócio milionário foi adjudicado ao CONSÓRCIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA, por ajuste directo. O edifício ainda está em obras e deverá estar concluído até 2023.

Outra instituição ligada à Justiça que funciona em um edifício vendido pela família de Manuel Chang é o Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Inhambane. Sim, o Gabinete que era suposto investigar crimes de corrupção e de branqueamento de capitais funciona no edifício vendido por uma

empresa ligada à família do antigo Ministro das Finanças, que está a contas com a justiça moçambicana.

A Direcção Provincial da Cultura e Turismo e o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM) - Autoridade Reguladora das Telecomunicações também funcionam em edifícios vendidos pela empresa CONSÓRCIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA. Aliás, o esquema seguido por esta empresa consiste em comprar ruínas espalhadas pela cidade de Inhambane e, no seu lugar, construir edifícios e vendê-los para as instituições públicas, incluindo instituições da Justiça. Os negócios são liderados Ingilo Dalsuco, natural de Inhambane e testa de ferro da família Chang.

Os negócios pouco transparentes envolvendo o Estado e a família Chang jamais serão investigados uma vez que envolvem as instituições de Justiça, nomeadamente o Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Inhambane, a Procuradoria Provincial de Inhambane e o Tribunal Judicial da Província de Inhambane. São estas instituições que deveriam investigar os negócios milionários de compra de edifícios da família Chang pelo sector público.

A luta da PGR pela extradição de Manuel Chang a Moçambique

Em Julho último, a PGR viu o seu pedido de permissão para recorrer ao Tribunal Superior de Recurso da África do Sul contra a extradição do antigo Ministro das Finanças para os Estados Unidos da América (EUA) a ser recusado pelo Tribunal Supremo de Gauteng. Este tribunal fundamentou a sua decisão afirmando que uma autorização para recorrer ao Tribunal Superior de Recurso só podia ser concedida se o juiz ou juízes fossem de opinião de que o recurso teria uma perspectiva razoável de sucesso; ou se houvesse um outro motivo convincente pelo qual o recurso devia ser aceite, incluindo julgamentos conflitantes sobre o assunto em causa.

O Tribunal Supremo de Gauteng explicou que analisou as alegações de todas as partes e, no fim, concluiu que a PGR não apresentou quaisquer razões convincentes para que seja

autorizada a recorrer contra a extradição de Chang para os EUA junto do Tribunal Superior de Recurso. “Além disso, o recurso não tem uma perspectiva razoável de sucesso em tribunal superior”.

Em Dezembro de 2021, a PGR havia solicitado uma autorização para recorrer directamente ao Tribunal Constitucional da África do Sul. Mas o pedido foi indeferido com custas, pois o Tribunal Constitucional considerou que não era do interesse da justiça atender o caso naquela fase.

A solicitação da PGR de recorrer directamente ao Tribunal Constitucional surgiu depois do Tribunal Supremo de Gauteng ter decidido, a 10 de Novembro de 2021, extraditar Manuel Chang para os EUA para ser julgado por crimes de conspiração para fraude electrónica, conspiração para fraude com valores imobiliários e

lavagem de dinheiro. Esta decisão foi tomada na sequência do recurso interposto pelo Fórum de Monitoria de Orçamento (FMO) contra a extradição de Manuel Chang para Moçambique, uma decisão que havia sido tomada pelo Ministro da Justiça e dos Serviços Correccionais, Ronald Lamola, no dia 23 de Agosto de 2021.

A decisão do Tribunal Supremo de Gauteng de recusar uma autorização à PGR para recorrer ao Tribunal Superior de Recurso alarga as possibilidades de Manuel Chang ser enviado para os EUA. Mas a PGR ainda pode recorrer junto do Tribunal Supremo e, finalmente, junto do Tribunal Constitucional. A pergunta que se coloca é: Será que a PGR vai continuar a gastar o dinheiro dos moçambicanos com recursos cujo objectivo único é proteger a elite política da Frelimo que enriqueceu com o dinheiro das “dívidas ocultas”?



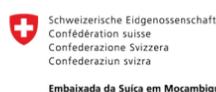
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Emídio Beúla
Equipa Técnica: Emídio Beúla, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique



Open Society Initiative
for Southern Africa



PROGRAMA DIREITOS
E DEMOCRACIA

